

Modelo Europeu, Governação e Estratégia de Lisboa

Ana Paula Africano (coordenação)

Professora, Faculdade de Economia, Universidade do Porto

A Estratégia de Lisboa no Futuro da Europa e de Portugal

O processo de integração na Europa tem na sua génese motivações políticas e económicas. A motivação política, sendo necessária a qualquer processo de integração, não é contudo suficiente por não garantir, por si, o sucesso do mesmo. A prática mostra-nos que só sobrevivem processos de integração que têm sustentabilidade económica, isto é, aqueles em que a integração é em termos líquidos criadora de riqueza e bem-estar para as economias e populações abrangidas.

Ao comemorar os 50 anos, a integração europeia deve a sua longevidade ao seu próprio sucesso, que, por sua vez, tem sido sustentado pelos benefícios económicos gerados e associados à integração dos mercados. Sempre que o dinamismo económico europeu abrandou a reacção política foi no sentido do aprofundamento da integração entre as economias europeias. Assim, na década de 80, foi lançado o processo do Mercado Único⁽¹⁾ para contrariar o abrandamento económico que então se registava na Europa. Na década de 90, concretizou-se o mercado único e iniciou-se uma nova etapa que visava a adopção da Moeda Única. Esta, ao reduzir os custos de transacção entre mercados europeus, pretendia reforçar os ganhos do mercado único. Assim, o binómio motivação política – motivação económica parece-nos que tem sido central e essencial ao sucesso de cada etapa da construção europeia.

No âmbito internacional, a década de 90 ficou também muito marcada por mudanças radicais nas relações internacionais, nomeadamente, com o desmoronamento do bloco soviético e com a ascensão da China como potência comercial. Registou-se ainda a aceleração da integração multilateral, ou globalização, promovida no âmbito do GATT/OMC. Neste contexto, a UE registou, na segunda metade da década, um dinamismo económico muito inferior ao americano suscitando sérias dúvidas sobre a sua capacidade de enfrentar as exigências concorrenciais quer da globalização quer do alargamento a Leste. A resposta política surge em Março de 2000, quando o Conselho Europeu de Chefes de Estado lança, em Lisboa, uma nova agenda para o Desenvolvimento económico da Europa: a Estratégia ou Agenda de Lisboa.

A Estratégia de Lisboa tinha dois objectivos principais: (i) directo – melhorar a performance económica da Europa transformando-a na mais competitiva no contexto internacional; (ii) indirecto – criar as condições económicas necessárias à sustentabilidade do Modelo Social Europeu. Nesse sentido a estratégia propunha várias áreas de intervenção das políticas públicas: Investimentos necessários à criação de uma economia baseada no conhecimento; Reformas nos mercados de bens e capitais; Reforma nas políticas ambientais; Reformas nas Políticas Sociais e no mercado de trabalho.

Em 2005, após uma avaliação dos resultados obtidos, a Comissão Europeia propôs uma maior focalização dos governos europeus em reformas e políticas que favoreçam o crescimento do emprego e da produtividade. Estas mudanças são condições necessárias ao aumento do nível de vida na Europa medido em termos de PIB *per capita*. No entanto a concretização deste objectivo comum da UE passa pela solução de problemas cuja dimensão e natureza varia de país para país. Assim, cumprindo o princípio da subsidiariedade cada país deve adoptar as medidas adequadas à sua realidade económica e social com vista a alcançar aquele objectivo.

Com base em dados de 2002, verificou-se que a diferença entre os PIB *per capita* da UE15 e dos Estados Unidos era de menos 29% (resultado de situações nacionais tão diversas quanto os menos 51% de Portugal, e, os mais 34% do Luxemburgo). A decomposição daquele *gap* identificou o contributo de vários factores para o mesmo, tendo sido identificados como mais importantes, em média, na UE15 os seguintes:

1. *produtividade por hora de trabalho* – responsável por menos 13 pontos percentuais dos menos 29 encontrados;
2. *taxa de participação no mercado de trabalho* – responsável por menos 10 pontos percentuais dos menos 29 encontrados;
3. *horas trabalhadas e desemprego* – com respectivamente, menos 4 pontos percentuais e menos 2 daquele total.

Na economia portuguesa o factor mais grave é a baixa produtividade, este factor era responsável por 49 pontos percentuais dos menos 51% registados. A taxa de participação não representa grande problema contribui para a diferença com menos 2 pontos percentuais. O desemprego contribui igualmente com menos 2 pontos percentuais valor idêntico à média.

O problema da produtividade da economia Portuguesa é no contexto da UE excessivo – quase quatro vezes maior que a média. Este indicador resulta de algumas características que nos são específicas. O baixo nível de escolaridade média da população activa, trabalhadores e patrões, tem várias consequências “negativas”. Desde logo condiciona que a nossa especialização produtiva apresente um peso elevado de actividades pouco complexas, de baixo valor acrescentado e geradoras de baixos salários. As grandes diferenças no rendimento também se devem às assimetrias de escolaridade da população: alguns/poucos são altamente qualificados enquanto a maioria tem qualificações baixíssimas. Este padrão é típico de economias em vias de desenvolvimento, e na OCDE os nossos indicadores de escolaridade comparam-se aos do México e Turquia.

O problema das qualificações tem raízes no passado mas tem de ser resolvido no presente porque dele depende a modernização da economia portuguesa e a nossa prosperidade futura. A solução deste problema é essencial ao ajustamento das nossas empresas e indústrias, à intensificação crescente da concorrência tanto no mercado europeu como nos mercados internacionais. Neste contexto, a sociedade portuguesa enfrenta na actualidade o desafio de gerir as tensões económicas, sociais e políticas que inevitavelmente as transformações em curso geram. Desde logo, o aumento do desemprego é um custo inevitável, e até necessário à mudança do padrão de especialização produtiva da economia portuguesa.

A Estratégia de Lisboa não pretende ser a solução milagrosa mas tão só um plano de trabalho e acção que tem contornos distintos em cada país. Globalmente o seu contributo será tanto mais positivo quanto a sua capacidade de criar condições que facilitem a mudança e adaptação das empresas às circunstâncias de mercado que enfrentam em cada momento quer na Europa quer internacionalmente. Assim, tanto em Portugal como nos parceiros Europeus, é essencial uma retoma credível do crescimento económico corrente (que de facto já se regista) e futuro para que os cidadãos europeus se possam reconciliar com o ideal “Europeu”.

(1) Este processo eliminou as barreiras físicas, técnicas e administrativas entre os países membros, permitindo a plena integração dos mercados nacionais num único mercado e gerando ganhos de eficiência económica por via da especialização produtiva e melhor aproveitamento das economias de escala.